

NASCIMENTO; Júlia Mariano Leiael¹, SANTOS; Vitória Soares dos²

RESUMO

No Brasil, mais de 10 milhões de pessoas surdas compõem a população e, apesar de existirem leis que garantam seus direitos, há uma dificuldade notória por parte desses indivíduos na integração social e no acesso aos serviços de saúde. Além disso, o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ainda não é popularizado, dificultando ainda mais a igualdade no atendimento. Por isso, objetivou-se identificar fatores determinantes para o difícil acesso à saúde pela comunidade com deficiência auditiva, a partir de revisão sistemática da literatura, utilizando as bases de dados SciELO e LILACS, com os Descritores em Ciências da Saúde: “Equidade no Acesso aos Serviços de Saúde”, “Defesa das Pessoas com Deficiência” e “Pessoas com Deficiência Auditiva”, com os critérios de inclusão: publicações realizadas entre 2013 e 2020, disponíveis integralmente em português, inglês e espanhol, excluindo artigos que não atendiam ao escopo. A leitura de 7 trabalhos identificou que, apesar da existência do Decreto nº 5.626 de 2005 - que garante o direito ao acesso à saúde de pessoas surdas ou com deficiência auditiva - há obstáculos na sua execução, principalmente pela falta de intérpretes e pela dificuldade dos profissionais em utilizarem a LIBRAS, prejudicando o diagnóstico e, frequentemente, o tratamento, colocando em risco a assistência oferecida. Portanto, há necessidade de (i) investir em cursos de LIBRAS para a equipe multidisciplinar de saúde, (ii) capacitar profissionais de saúde para lidar com esse público e (iii) ministrar palestras com a temática integralidade do atendimento a pessoas com deficiência, principalmente para a comunidade surda.

PALAVRAS-CHAVE: Defesa das Pessoas com Deficiência, Equidade no Acesso aos Serviços de Saúde, Saúde das Minorias

¹ Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA), julia.leiael@gmail.com

² Centro Universitário São Camilo, soares.vivs17@gmail.com